



Concessionária Rodovia MG050 S.A.

CNPJ nº 08.822.767/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.: A Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. está sediada no município de Divinópolis, estado de Minas Gerais. Constituída em 16 de maio de 2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22 de maio de 2007, de acordo com o termo de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais ("SETOP").

1. Destaques do ano de 2023: A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2023 aumentou 17,2% em relação ao ano de 2022, alcançando R\$ 212.093 mil. A receita líquida¹ no ano de 2023 foi de R\$ 212.466 mil (+15,7%). O tráfego da Companhia em 2023 foi de 27.279 mil de eixos equivalentes², volume 9,3% maior que o tráfego registrado no ano de 2022. O EBITDA ajustado³ em 2023 foi de R\$ 143.036 mil (+12,2%).

2. Desempenho Operacional: O crescimento no volume de tráfego observado nos últimos anos se deu em função dos investimentos e melhorias realizados na Rodovia MG-050, e também pela retomada da atividade econômica regional de alguns setores específicos, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades litorâneas à rodovia.

Table with 5 columns: 2023, AV%, 2022, AV%, Var R\$, Var %. Rows include Receita Operacional Líquida, Custos Dos Serviços Prestados, Lucro Bruto, Receitas (Despesas) Operacionais, Resultado antes do Resultado Financeiro, Resultado Financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos, Prejuízo do Exercício, Prejuízo por Ação Básico e Diluído - R\$, Receita Líquida.

Table with 5 columns: 2023, AV%, 2022, AV%, Var R\$, Var %. Rows include Receita com arrecadação de pedágio, Outras receitas, Receita de serviços de construção, Receita bruta, Impostos sobre as receitas, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, PIS, COFINS, Receita líquida, Receita líquida (exclui receita de construção).

1. Exclui as Receitas de Construção. 2. Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão. 3. O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

Table with 6 columns: 2023, AV%, 2022, AV%, Var R\$, Var %. Rows include Funcionários e equipamentos, Prestadores de serviços, Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas, Reembolso de Seguros, Outras receitas/ despesas, Sub Total, Depreciação e amortização, Sub Total, Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção, Conserva especial, Constituição da provisão para manutenção, Utilização da provisão para manutenção, Despesas com construção, Sub Total, Total Custos e Despesas Operacionais.

Table with 6 columns: 2023, AV%, 2022, AV%, Var R\$, Var %. Rows include Despesas com serviços de conserva, manutenção e operação de rodovia, Despesas de amortização, Despesas com prestadores de serviços, Despesas com empregados, Despesas com materiais e equipamentos, Custos com construção, Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, Reembolso com seguro, Despesas com seguro, Outras despesas gerais e administrativas, Outras receitas, Total, Custo dos serviços prestados, Despesas gerais e administrativas, Outras receitas operacionais, Total, EBITDA Ajustado.

Table with 6 columns: 2023, AV%, 2022, AV%, Var R\$, Var %. Rows include Receita líquida, Receita de construção, Receita líquida (ex receita de construção), Custos operacionais, Custos de construção, Custos operacionais (ex-custos de construção), EBIT, Depreciação e amortização, EBITDA, Provisão para manutenção, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada.

O EBITDA ajustado da Companhia - métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura - foi de R\$ 143.036 mil em 2023 (+12,2%). Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro: O lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ (12.252) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 27.381 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2023. Resultado Financeiro Líquido: O resultado financeiro da Companhia foi de R\$ (60.954) mil em 2023 (-9,5%). O principal fator que explica a variação entre os períodos é a redução da receita financeira. Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social: O prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos passou de R\$ (67.929) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (33.573) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passaram de R\$ 31.293 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (3.609) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Prejuízo Líquido do Exercício: O prejuízo líquido do Exercício passou de R\$ (36.636) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (37.182) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Aumento de Capital: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 861.448 mil, representado por 1.471.879 ações ordinárias (RS 845.448 mil em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal, de propriedade da AB Concessões S.A. Em 29 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 24.000 com a emissão de 82.758.621 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data. Em 28 de dezembro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 16.000 com a emissão de 57.142.857 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data. Investimentos: Em 2023, a Concessionária AB

Nascentes das Gerais continua seu processo de investimentos em melhorias nas rodovias do sistema, contribuindo para torná-las mais seguras, confortáveis e com plenas condições de trafegabilidade para seus usuários. Neste sentido, concluiu-se no ano de 2023 importantes investimentos nos municípios de Plumhi, Itai de Minas e São Sebastião do Paraíso, que envolvem a implantação de duplicações, travessias e contornos urbanos. Destaca-se também a conclusão de obras de duplicações e entroncamento no polo de Divinópolis, passarelas de pedestres na região de Passos e serviços de restauração de pavimento e sinalização das rodovias do sistema, contribuindo para a melhoria da segurança e conforto dos usuários. Para o ano de 2024, importantes obras têm conclusão prevista para o primeiro semestre, tais como faixas adicionais e novos entroncamentos no trecho entre Matuses Leme e Divinópolis e na região de Passos e Capitão. Até o final de 2024 há previsão também de conclusão de obras de novos entroncamentos, faixas adicionais e melhorias de traçado na região entre Plumhi e São Sebastião do Paraíso. Dívida: A Companhia possui saldo de dívida líquida no valor de R\$ 373.289 mil reais em 31 de dezembro de 2023, como resultado da 5ª emissão de debêntures.

Série Quantidade emitida Taxas contratuais (%) Vencimentos 2023 2022 Caixa 400 IPCA + 5,97% a.a. (dez/30) 408.120 424.439 Saldo líquido* 408.120 424.439 (50.753) (77.179) 357.367 347.260 Dívida Líquida *Valor da dívida líquida dos custos de transação das parcelas não protegidas. Governança Corporativa: Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia. Conselho de Administração: O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições. Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia; - Com regimento referente a periodicidade de reuniões; - Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio. Auditoria e Demonstrações Financeiras: Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras - Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Transparência e Gestão: Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados - Política de divulgação e uso de informações que estabeleça normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos e fatos relevantes; - Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia. 4. Responsabilidade Socioambiental: Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes. Com base nesse estudo, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária. Com foco nos caminhoneiros, o Grupo realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha "Caminhoneiro na Via", estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, corte de cabelo, acuidade visual e orientações sobre saúde bucal. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões. O Grupo AB Concessões levou a campanha "Motociclista na Via" a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nos motociclistas, e há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e fixação de adesivos refletivos em capacetes. Os pedestres também estão sob os holofotes da AB Concessões. A campanha "Pedestre na Via" distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas. Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha "Usuário na Via", que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensifica-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros. Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Concessões desenvolve a campanha "Educação na Via", que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com atividades divertidas e o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao usar as rodovias. Essas atividades acontecem em vários locais da via, comunidades litorâneas, e em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores. Com esta campanha, as propriedades litorâneas são visitadas pelas equipes do Grupo a fim de alertar os moradores sobre a importância da instalação de cercas para que seus animais não invadam a pista. Dentro do "Comunidade na Via", os colaboradores (diretos e indiretos) também recebem orientações, por meio de palestras, sobre conservação ambiental, segurança, educação no trânsito e saúde. 5. Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. 6. Declaração da Diretoria: Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do período por ação, básico e diluído - em reais)

Table with 4 main sections: BALANÇOS PATRIMONIAIS, DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS, DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA, DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES. Each section has columns for 2023, 2022, and 2023/2022.

Table with 4 main sections: DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS, DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS ABRANGENTES, DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS. Each section has columns for 2023, 2022, and 2023/2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Companhia"), sediada em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o termo de Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24/01/2003. A Companhia tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itai de Minas - Divinópolis - Formiga - Plumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso - trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Companhia obteve, em 6/03/2017, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Mundys (nova razão social da Atlântica) ("Grupo"). O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007. Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia, em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constantes no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para a SEINFRA, devendo as consequências serem consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são revertidas ou de responsabilidade integral da Companhia, e as variações verificadas a maior acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA, conforme anteriormente especificado. As variações de receita de pedágio a menor, verificadas além da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA mediante a composição do equilíbrio econômico do contrato. As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida até 30 de abril. Além da arrecadação pelo pedágio, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SEINFRA. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Companhia visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de aproximadamente R\$ 1.590 e é corrigido anualmente pelo IPCA. Em 11/05/2017 foi homologada a versão definitiva do Termo Aditivo do Contrato de nº 7 ("TA07"). O referido TA07 tem como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio principalmente de: (a) uma atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para equilíbrio econômico-financeiro; (b) Reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária mencionado na Nota 5 e a respectiva atualização monetária. Este valor foi compensado com os valores necessários à conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente, e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária. Nesse TA07 também foi reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a favor da Companhia que será oportunamente reequilibrado nos termos do Contrato de Concessão. Após a homologação do TA07 definitivo, a Companhia assumiu

compromissos decorrentes do contrato de concessão patrocinada, dos quais constam previstos para as rodovias MG-050, BR-265 e BR-491 até o ano de 2025, conforme segue: • Duplicação ao longo da rodovia: 16,63 km (em negociação na TA-08); • Implantação de marginais: 6,1 km; • Correções de traçado ao longo da rodovia: 12,05 km; • Implantação de terças faixas ao longo da rodovia: 22,09 km; • Implantação/Reformulação de interseções, rotatórias alongadas, dispositivos em nível e em desnível ao longo da rodovia, passagens inferiores de veículos e retornos: 28 un; • Passagens superiores, inferiores e passarelas: 10 un; Para o cumprimento dos compromissos remanescentes descritos, a Companhia estima, a valores nominais, na data-base 31/12/2023, investimentos para melhoria na infraestrutura nos valores aproximados de R\$ 467.605 e de R\$ 123.769 (R\$ 433.251 e de R\$ 151.695 em 31/12/2022) referentes à recuperação e manutenção, respectivamente, até o final da concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão. Referidas estimativas de investimentos foram classificadas e segregadas levando-se em consideração o seguinte: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura; (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando-se a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados a valor presente, conforme mencionado na Nota 11. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciação das obras e dos bens, cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com Poder Concedente, conforme previsto no Contrato de Concessão. Capital circulante negativo: Em 31/12/2023, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 91.567 (R\$ 76.828 em 2022). A Companhia possui geração de caixa oriunda de atividades operacionais positivas que, somado ao caixa disponível, permite que seus compromissos de curto prazo sejam honrados. 2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 28/03/2024. Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma e são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, pressupostos e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo

exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis; determinação de taxas de desconto a valor presente, utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo; determinação da provisão para manutenção e investimentos; determinação da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e cronograma esperado de desembolsos; e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e pressupostos são revisadas de maneira contínua, e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revisadas. As informações sobre julgamentos e estimativas críticas, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir: a) Contabilização do contrato de concessão patrocinada: Na contabilização do contrato de concessão patrocinada, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à: (i) aplicação da interpretação do contrato de concessão patrocinada; e (ii) determinação e classificação dos gastos de recuperação e construção como ativo

continua -*

★ continuação

políticas contábeis em si. As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são:

2.1. Instrumentos financeiros ativos: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Reconhecimento inicial e mensuração:** O contábil a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos Financeiros:** A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: i) mensurado ao custo amortizado ou ii) valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado: • São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais dos ativos financeiros permitem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e inretirável como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenderia aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os fluxos de caixa contratuais para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados: • Eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo). **Mensuração subsequente: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos Financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contábil a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e a estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.2 Ativo intangível:** A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONCESSIONÁRIA RODOVIA MG050 S.A.

econômicos futuros incorporados no ativo. Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria (Nota Explicativa nº 7). A infraestrutura em construção representa os ativos ainda em fase de construção, cuja obrigatoriedade de performance é satisfeita ao longo do tempo e em que está em construção. **2.3 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a eventual perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão com um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflete, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado seja menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios finais em 31/12/2023 e 2022. **2.4 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **Impostos correntes:** As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas sobre sua base tributável, com base nas aliquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de incluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as aliquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contempla premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, tais como: (i) volume de tráfego; (ii) taxa de inflação esperada e (iii) reduções ou aumentos econômicos. **2.5 Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou reconhecida como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e seu valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 12. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido com um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **2.6 Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.7 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. **2.8 Provisão para manutenção:** A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **2.9 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão:** É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. **Receita de contraprestação pecuniária:** Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SEINFRA à Companhia visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na Nota 1. **Receita de construção:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria referente ao contrato de concessão patrocinada é reconhecida em virtude do estágio de conclusão das obras realizadas e dos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços. Também é efetuada análise dos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa que efetua os serviços de construção. As receitas relativas à construção da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura. No exercício final em 31/12/2023, a Companhia reconheceu, como receita de construção, o montante de R\$ 62.577 (R\$ 144,19 em dezembro de 2022), e custo de construção nos mesmos valores. **Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão, considerando os efeitos dos ajustes a valor presente. **2.10 Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações de capital social na data do balanço. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. A Companhia não possui ações com potencial de diluição. **2.11 Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei ou pelo Estatuto Social, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e o pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte aquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias previstas para dezembro de 2029. **2.12 Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado foi preparada a partir das demonstrações financeiras e seguem as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não há uma demonstração prevista, nem obrigatória, conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor a partir de 1º/01/2023 e concluiu que não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras: - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS1 e IFRS Practice Statement 2); - Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS8); - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS12); - Imposto mínimo complementar global. Normas vigentes a partir de 1º/01/2024: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios finais após 31/12/2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS1); - Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03/IAS17 e CPC 40/IFRS 7). **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	50.753	77.179

	2023	2022
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.0

continuação

	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.573)	(67.928)
Aliquota nominal combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	11.415	23.096
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos (i)	(11.414)	8.288
Outras diferenças permanentes	(3.610)	(91)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.609)	31.293
Aliquota efetiva de impostos	10,75%	46,07%

(i) A Companhia reconheceu ativo fiscal diferido para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados, até o limite em que será provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social poderão ser utilizados. **14. Patrimônio líquido:** Capital social: O capital social subscrito em 31/12/2023 é de R\$ 861.447, representado por 1.471.879.959 ações ordinárias (R\$ 845.448 em 31/12/2022, representado por 1.414.737.102), sem valor nominal, de propriedade da AB Concessões S.A. Em 29/12/2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 24.000 com a emissão de 82.758.621 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data. Em 28/12/2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 16.000 com a emissão de 57.142.857 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data. **Reservas de capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/07/2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do Grupo. A.B Concessões S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$ 7.401 como contrapartida dos saldos incorporados. **15. Receita operacional líquida:** A receita é composta conforme a seguir:

	2023	2022
Receita de serviços prestados	212.093	180.984
Outras receitas - contraprestação pecuniária (a)	19.074	18.767
Receita de serviços de construção (b)	62.577	144.191
Receita bruta	293.744	343.942
Impostos sobre as vendas		
Imposto Sobre Serviços - ISS	(10.264)	(8.759)
PIS	(1.502)	(1.298)
COFINS	(6.935)	(5.993)
Receita líquida	275.043	327.892

(a) Refere-se a receita de contraprestação pecuniária recebida do Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 5. (b) Refere-se a receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços. **16. Custos, despesas e outras receitas operacionais por natureza:**

	2023	2022
Despesas com serviços de conservação, manutenção e operação de rodovia	(20.444)	(55.754)
Despesas de amortização (a)	(95.211)	(83.945)
Despesas com prestadores de serviços	(32.200)	(28.007)
Despesas com empregados	(21.194)	(20.035)
Despesas com materiais e equipamentos	(2.481)	(2.792)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(62.577)	(144.191)
Reembolso com seguro	(16.539)	(3.052)
Despesas com seguro	5.247	1.040
Outras despesas gerais e administrativas	(2.010)	(2.618)
Outras receitas	926	79
Total	(247.662)	(340.144)

Classificadas como: Custo dos serviços prestados (217.863) (320.186) Despesas gerais e administrativas (30.725) (20.037) Outras receitas operacionais 926 79 **Total (247.662) (340.144)** (a) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2). Esta última no valor de R\$ 1.005 em 31/12/2023 e R\$699 em 31/12/2022. **17. Resultado financeiro:**

	2023	2022
Receitas financeiras	7.989	13.586
Receita com rendimento de aplicações financeiras e outras (a)	1.084	509
Outras receitas financeiras	9.073	14.095

Despesas financeiras Ajuste a valor presente da provisão para manutenção e investimentos (19.493) (15.402) Juros e variações monetárias sobre debêntures (b) (50.004) (53.197) Comissões bancárias e outras (256) (675) Outras despesas financeiras (274) (498) **(70.027) (69.772)** **(60.954) (55.677)**

Resultado financeiro (a) Receitas com rendimentos de aplicações financeiras, e atualização monetária da contraprestação pecuniária a receber do Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 5. (b) Juros e variações monetárias das debêntures da 5ª emissão que correspondem a variação acumulada do IPCA mais 5,97% ao ano, conforme nota 8. **18. Resultado básico e diluído por ação:** A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do resultado básico e do resultado diluído por ação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONCESSIONÁRIA RODOVIA MG050 S.A.

	2023	2022
Básico e diluído	2023	2022
Prejuízo do exercício (em Reais)	(37.182.838)	(36.635.754)
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício	1.415.207	1.332.658
Prejuízo por ação - básico e diluído (em R\$)	(26,27)	(27,49)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no resultado por ação, e, portanto, o resultado por ação básico e diluído são idênticos. **19. Demonstrações dos fluxos de caixa:** a) Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo. **Informações suplementares:**

	2023	2022
Fornecedores	35.091	(3.434)
Provisão de investimento - (Realização)	—	10.359
Provisão de investimento - (Constituição)	—	(13.310)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	35.091	(6.385)
Aquisições do intangível - Fornecedores	(35.091)	3.434
Aquisições do intangível - Provisão de investimento	—	(10.359)
Aquisições do intangível - Provisão de investimento	—	13.310
Aquisições de direito de uso	(4.549)	—
Efeito no caixa líquido das atividades investimentos	(39.640)	6.385
Arrendamento	4.549	—
Arrendamento	—	4.549
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	4.549	—

b) **Reconciliação das atividades de financiamento:**

	2023	2022
Saldo Inicial	(424.439)	(771)
Pagamento de principal e juros	1.089	—
Juros sobre debêntures passivas	(50.004)	(50.004)
Pagamentos de debêntures - principal	39.749	39.749
Pagamentos de debêntures - juros	26.573	26.573
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	16.318	1.089
Outras variações	—	—
Ajuste a valor presente e juros	—	(138)
Adições	—	(4.549)
Total das outras variações	(4.687)	(4.687)
Saldo Final	(408.121)	(4.369)

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o refino de seu capital de giro. **20. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria. Valor justo dos instrumentos financeiros, contabilizados ao custo amortizado: Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, na data das demonstrações financeiras (nível 2 - conforme hierarquia de valor justo) uma vez que as contas a receber de clientes, exceto contraprestação pecuniária, e as contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas possuem prazo médio de 30 dias. Uma vez que a natureza, a característica e as condições contradas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023	2022
Ativos	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	50.753	77.179
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	14.049	11.277
Passivos	2023	2022
Fornecedores	54.765	41.127
Fornecedores - partes relacionadas	2.801	909
Debêntures	408.120	424.439
Passivo de arrendamento	4.369	771
Dividendos a Pagar	5.785	5.785

Ativos Caixa e equivalentes de caixa 50.753 77.179 Contas a receber de clientes e do Poder Concedente 14.049 11.277 **Passivos** Fornecedores 54.765 41.127 Fornecedores - partes relacionadas 2.801 909 Debêntures 408.120 424.439 Passivo de arrendamento 4.369 771 Dividendos a Pagar 5.785 5.785 **Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo:** Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das demonstrações financeiras (nível 2 - conforme hierarquia de valor justo). A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação: • Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: são obtidos por meio de outros variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/2023 a Companhia mantinha os instrumentos

financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no exercício findo em 31/12/2023. **Gestão dos riscos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de mercado; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; a) Riscos de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Exposição a riscos de e de taxas de juros:** A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31/12/2023, a administração efetuou análise de sensibilidade apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderiam ter impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir: • Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31/12/2023; • Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31/12/2023; • Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31/12/2023. Os cenários II e III, de aumento de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do IPCA (a)	—	4,46%	5,57%	6,69%
Debêntures indexador	—	—	—	—
Debêntures 5ª emissão - IPCA (b)	(424.042)	(45.343)	(50.350)	(55.356)
	(424.042)	(45.343)	(50.350)	(55.356)

Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários Indexador CDB e operações comprometidas - CDI (c) 47.653 2.099 2.623 3.148 Exposição líquida - perda (376.389) (43.244) (47.726) (52.209) Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário-base — — (4.482) (8.965) (a) Fonte: Banco Central do Brasil Sistema de Expectativa de Mercado - Séries de estatísticas consolidadas. (b) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 8. (c) Conforme nota explicativa nº 4. **Exposição a riscos cambiais:** Em 31/12/2023, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em

	Valor contábil	Juros estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes:	14.049	—	—	—	—	—	—	—
Contas a receber de clientes e poder concedente	14.049	—	—	—	—	—	—	—
Total ativo	14.049	—	—	—	—	—	—	—
Passivos:	(424.042)	(173.176)	(39.831)	(25.850)	(65.681)	(153.063)	(107.730)	(270.744)
Debêntures - principal e juros (b)	(57.566)	(22.683)	(34.883)	(57.566)	—	—	—	—
Fornecedores e partes relacionadas	(4.369)	(550)	(519)	(1.429)	(1.948)	(2.971)	—	(2.971)
Passivo de arrendamento	(5.785)	—	—	—	—	—	—	(5.785)
Dividendos a pagar	(491.762)	(173.726)	(63.033)	(62.162)	(125.195)	(156.034)	(107.730)	(276.529)
Total passivo	(491.762)	(173.726)	(63.033)	(62.162)	(125.195)	(156.034)	(107.730)	(276.529)
Exposição líquida	(477.713)	(173.726)	(48.944)	(62.162)	(111.146)	(156.034)	(107.730)	(276.529)

(a) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31/12/2023 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos. (b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures. Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 8. **21. Gestão de risco de capital:** A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social, as reservas de lucros. Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade e a continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir custo e maximizar os recursos aplicados em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. **Endividamento:** O índice de endividamento é o seguinte:

	2023	2022
Dívida financeira total (a)	424.042	443.434
Caixa e equivalentes de caixa	(50.753)	(77.179)
Dívida líquida	373.289	366.255
Patrimônio líquido	415.953	400.688
Índice de endividamento líquido	0,90	0,91

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 8. A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,90 em 31/12/2023 (0,91 em 31/12/2022), principalmente devido ao reforço de caixa, resultado da 5ª emissão de debêntures públicas (Nota 8), cujos recursos foram destinados para investimentos, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas, ocorridas no período igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses antes do encerramento da oferta relativos à contratação de Projeto, no âmbito do Contrato de Concessão Patrocinada SETOP 007/2007. **22. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da

performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. **23. Seguros contratados:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente. Em 31/12/2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos - Danos materiais e corporais a terceiros	44.729	Outubro/2024	
Seguro riscos operacionais - todos os riscos (cobertura acessória)	44.593	Outubro/2024	
Seguro riscos operacionais - Danos materiais a rodovia	24.261	Outubro/2024	
Seguro garantia - Garantia de conservação da concessão	54.239	Setembro/2024	
Seguro garantia - Garantia de ampliação de concessão	132.339	Setembro/2024	
Seguro riscos de engenharia - Obras civis em construções	15.400	Fevereiro/2024	
Seguro riscos de engenharia - Obras civis em construções	5.580	Março/2024	
Seguro riscos de engenharia - Obras civis em construções	7.947	Agosto/2024	

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRIC 25P-014428/0-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora - CRC 15P-252905/0-2

Aos Conselheiros e Diretores da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. - Divinópolis - MG. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Veja a Notas 2.4 e 13 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros e contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, envolvendo premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das premissas de crescimento decorrente da atividade operacional da Companhia, tais

como: (i) volume de tráfego; (ii) taxas de inflação esperada e (iii) reduções ou crescimentos econômicos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, comparando-a com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são consistentes com o orçamento aprovado pela Companhia; (ii) Avaliação da razoabilidade do momento de reversão das diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, para a determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros e utilização de prejuízo fiscal e base negativa; e (iii) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros. (iv) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e seus respectivos divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6640-6C97-6E23-D113> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6640-6C97-6E23-D113



Hash do Documento

j5zcluajKMb0WbUWe6X5qvOfjqNWWsV/H5kILpObbM0=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 28/03/2024 22:58 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

